

UM OLHAR SOBRE A PERSPECTIVA DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA

Carmem Antônia Portela Leal Silva

A humanidade tem sido marcada por diferenças geradas pela luta do indivíduo pelo poder desde tempos primórdios. O resultado desta luta tem escamoteado valores como a dignidade e a igualdade, constituintes do alicerce de qualquer sociedade. Mesmo assim, a humanidade procurou estabelecer certos princípios que norteasse sua conduta. A exemplo, a criação da primeira declaração dos direitos humanos, idealizada na época da Revolução Francesa e a criação da ONU (Organização das Nações Unidas).

Não obstante os grandes avanços sociais na tentativa de estabelecer os direitos humanos pela ONU e pela própria Constituição Federal, em nível de Brasil, há uma grande dicotomia entre a sua positivação e a efetividade. Isto significa que os direitos humanos, embora sejam assegurados como direitos e garantias fundamentais, não são respeitados em nossa sociedade, caracterizada pela literatura como desigual e injusta. Aliado a este fator, há ainda o desconhecimento do indivíduo dos seus direitos, tornando ainda mais difícil a prática da cidadania. Desconhecimento talvez gerado pela não efetivação dos objetivos da educação formal: educar para a cidadania.

De fato, parece estar ocorrendo uma crise de cidadania em nossa sociedade. Temos observado uma crescente contradição no que se refere aos direitos humanos legalizados e suas garantias; direitos que Chauí (1986) considera inexistentes. Para a elite, porque possui todos os privilégios; para os despossuídos, porque são reprimidos pelo Estado, mas que, de uma forma ou de outra, não são socialmente respeitados na íntegra. Isso parece preocupar as autoridades educacionais, impulsionadas pela sociedade, que, via escola, tem sugerido o estudo de temas transversais propostos pelos PCN's. Dentre estes temas, estão incluídos a cidadania e os direitos humanos, balizados pelos princípios gerais da ética. Estas orientações são de extrema relevância para o sistema educacional de base, cujos reflexos afetam o trabalho docente, redirecionando o processo de ensino para a construção da cidadania. Esta

pesquisa, portanto, objetivou analisar as concepções dos direitos humanos e de cidadania existentes na prática docente.

É neste sentido que a abordagem dos direitos humanos como aspecto básico integrante da educação formal da população se torna necessária, visto que a violação dos direitos humanos se estende à exclusão da maioria da população. Maioria que não tem encontrado suporte nas classes mais favorecidas para mudanças de tal quadro.

Educar para a cidadania significa fomentar e fortalecer as organizações da sociedade civil – com comissões de direitos humanos, grêmios estudantis, sindicatos, entidades de defesa de crianças, negros e mulheres – a fim de que os direitos humanos possam ter eficácia. Esta educação, entretanto, deverá necessariamente estar acompanhada de práticas cidadãs, do contrário, continuará a perpetuar práticas antidemocráticas de dominação, que impossibilitam o exercício da verdadeira cidadania.

Por tal motivo, é que a ação dos profissionais da Educação deve estar voltada para a construção da autonomia da escola, para que todos aqueles que estão envolvidos no processo ensino/aprendizagem direta ou indiretamente possam participar. Sob este aspecto, deve-se basear, ainda, na conquista de direitos de exercício da cidadania, tendo em vista que a finalidade precípua da escola, neste caso, é a de possibilitar ao estudante a aquisição de senso crítico, capacitando-o para que este seja um agente de transformações sociais na luta pela construção de uma sociedade mais justa. Para que isto ocorra, é necessário que também os professores tenham uma visão crítica da realidade, bem como consciência da importância do seu trabalho voltado para a formação do cidadão consciente. Partindo deste raciocínio e considerando a nossa experiência como aluna e professora, circunscrevemos o nosso problema de investigação:

► Quais as concepções de direitos humanos e de cidadania existentes na prática docente?

Algumas questões norteadoras, entretanto, antecederam a delimitação do problema. A exemplo:

► Qual a concepção de Direito Humanos e Cidadania subjacentes à prática docente?

► A temática de Direitos Humanos e Cidadania é desenvolvida na escola?

E ainda,

► Como o professor desenvolve na sala de aula temas referentes aos Direitos Humanos e a Cidadania?

Creemos que é conhecendo estas concepções, *a priori*, que se pode inferir sobre o trabalho realizado no âmbito escolar para, *a posteriori*, sugerir formas de interferência no que se refere a sua exeqüibilidade.

Nesta perspectiva, realizamos esta investigação de caráter descritivo em uma escola pública municipal, situada à zona Sul de Teresina. Foram selecionados como sujeitos 5 professores de 1º e 2º blocos (Ensino Fundamental) dos turnos manhã e tarde, os quais estão cursando o 3º grau e vêm desenvolvendo seu trabalho na área há pelo menos 01 ano.

A proposição é de que, compreendendo as concepções de cidadania e direitos humanos expressas pelo discurso e pela prática docente dos professores, estaremos contribuindo para o esclarecimento de um dos fatores que estejam impedindo a formação para a cidadania. Da mesma forma, poderemos oportunizar o despertar da escola e da sociedade para uma temática que, apesar da relevância, parece ter sido cristalizada pela escola. Temas que, indiscutivelmente, deverão ser vivenciados no âmbito escolar, para ultrapassar seus muros. Este estudo, portanto, constitui uma reflexão a mais sobre Educação em uma perspectiva diferente: a perspectiva de cidadania e direitos humanos na escola.

A proposta de fazer um trabalho científico que produza conhecimentos que venham contribuir para a transformação de uma dada realidade exige que se adote uma perspectiva teórico-metodológica capaz de superar o modo etapista e formal de interpretação da realidade social, para, então, reconstruir, no nível do pensamento, o movimento do real. Nesse sentido, recorreremos a uma fundamentação na metodologia da pesquisa social, procurando fazer um estudo predominantemente qualitativo, em que sujeitos e objeto de pesquisa sejam trabalhados em uma perspectiva histórica e processual, à luz de aproximações conceituais e de um estatuto epistemológico e paradigmático, que permita reconstruir o conhecimento adquirido com base na fala e na realidade dos sujeitos da pesquisa.

Situamos nossa análise em uma Escola, que funciona com o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, nos turnos manhã e tarde e de 5ª a 8ª no turno da noite. No entanto pesquisamos somente as professoras do turno da tarde, privilegiando o enfoque nas concepções dos professores sobre cidadania e direitos humanos e na prática docente de tais temas.

A definição dos sujeitos alvos da investigação foi obtida através de elementos fornecidos nesse primeiro esforço investigativo. Após esta etapa inicial, adotamos os seguintes critérios para selecionar os sujeitos:

- ▶ Professores da Escola Municipal pesquisada que trabalham no turno da tarde;
- ▶ Professores que estão cursando o 3º grau ou já cursaram;
- ▶ Professores com no mínimo 1 ano de trabalho na área.

Inicialmente, realizamos uma coleta de dados bibliográficos e orientação/conversas com profissionais conhecedores do tema (advogados, representantes dos Direitos humanos e professores), com vistas a estabelecer o primeiro contato com o objeto. Esse primeiro instante nos possibilitou visualização do sujeito genericamente, na aceção de extrair substratos acerca da problematização, bem como designar prováveis direcionamentos metodológicos.

Em princípio, as fontes utilizadas foram: análise documental, seleção de material bibliográfico, em um momento posterior, através de contato cotidiano estabelecido com o campo empírico. Além disso, outros instrumentos como observação sistemática e o questionário foram também utilizados.

Apesar de existirem vários instrumentos de coleta de dados usados na pesquisa científica, optamos também pela utilização de questionários, por cumprirem duas funções essenciais: descrever as características e medir determinadas variáveis do sujeito. O tipo de questionário utilizado foi o que combina perguntas abertas e fechadas, por ser considerado a melhor forma de contemplar as indagações das pesquisadoras.

Deste modo, elaboramos um questionário composto de cinco itens, sendo que quatro deles com perguntas fechadas, referentes à identificação, escolaridade, aspectos relacionados ao trabalho e lazer e entretenimento; o quinto item é composto de perguntas abertas referentes ao tema pesquisado: cidadania e direitos humanos. O objetivo na sua aplicabilidade foi identificar as

concepções de direitos humanos e de cidadania dos professores. Também foram realizadas observações de suas práticas em sala de aula. As observações restringiram-se ao conteúdo, metodologia e interação com os alunos. Em princípio, solicitamos aos professores que refletissem sobre sua prática docente, a qual se pressupõe que esteja voltada para o exercício consciente da cidadania, e, posteriormente, respondessem um questionário em anexo sobre o tema a ser pesquisado. Em seguida, articulamos, juntamente com os sujeitos, três aulas a serem observadas, em cada uma delas, obedecendo aos seguintes aspectos: conteúdo, metodologia e interação com os alunos. A análise dos dados foi feita com base nas interpretações dos discursos das professoras e na verificação das suas práticas.

É relevante salientar que diante das concepções mais variadas a respeito da cidadania e dos direitos humanos, toda e qualquer explicitação dos seus conceitos são passíveis de controvérsias.

Pudemos constatar tal afirmação no contexto da escola pesquisada, onde encontramos várias interpretações de cidadania e direitos humanos, os quais vêm sendo utilizados pelas professoras sem que elas tenham formulado seu próprio conceito, ou se o tem, a maioria restringe-o a um delimitado aspecto. Verificamos também que a maioria das professoras utiliza o termo cidadania fora do contexto, desvinculando-o daquilo que realmente poderia consubstanciar em sua plenitude. Contudo, observamos algumas professoras trabalhando na prática tais conceitos, embora não ficasse caracterizado se era um trabalho realizado conscientemente.

A análise das concepções dos professores acerca dos direitos humanos e cidadania proposta por esta investigação nos possibilitou constatar que as concepções docentes incluem apenas os direitos de primeira geração (os individuais). Os direitos coletivos, os sociais e o direito bioético (referente à própria vida) são, portanto, negligenciados. Tal afirmativa pode levar ao entendimento de que a atual prática docente na escola pesquisada não condiz com o ensino voltado para a formação crítica do cidadão. De fato, se somente os direitos individuais são percebidos, perde-se a visão holística dos direitos humanos e a da própria Educação, compreendida como um fenômeno de humanização.

De fato, as concepções detectadas mostraram-se superficiais. Mesmo as professoras admitindo que esses direitos devam ser respeitados e que a Educação esteja a serviço da formação plena do cidadão, o discurso não reflete o trabalho desenvolvido na sala de aula. Fato que pode ser atribuído, entre outros fatores, à ausência de uma concepção concreta sobre os direitos humanos e a cidadania. Concepção que seria elaborada, construída a partir da própria condição em que se exerce a docência; pelas lutas e reivindicações, pelas conquistas e derrotas, intra e extra -escola.

No entanto, vítimas de uma formação voltada para a reprodução dos conteúdos, acrítica e não transformadora, percebe-se que as professoras não têm conhecimento pleno dos seus próprios direitos e da sua cidadania. Apropriaram-se do discurso ideológico sem um envolvimento intenso no processo. As controvérsias desta análise residem no fato de que:

► Se são mediadores do conhecimento, como os professores auxiliarão a construção da cidadania?

► Como formar para a cidadania, se não exercem a sua própria cidadania?

Não temos dúvida de que o grande desafio da Educação é formar primeiro os educadores, para que esses possam instruir seus educandos para a cidadania ativa, tornando-os responsáveis pelo seu próprio progresso e bem-estar social.

Nesta perspectiva, é fundamental uma preparação séria e eficiente, no sentido de que essas professoras despertem para a efetivação da prática proposta para a Educação. Não basta que tenham algum conhecimento dos direitos humanos, de suas violações e da prática da própria cidadania. É necessário que sejam conhecedores dos seus direitos para exercerem sua cidadania. Assim procedendo, terão condições de elaborar sua própria definição de ambos, e, dessa forma, poderão auxiliar a sociedade com uma Educação que privilegie a abordagem dos direitos humanos.

A nossa sugestão é que sejam pensadas oportunidades que possibilitem o contato com a temática dos direitos humanos e cidadania. A exemplo, a escola coletivamente poderia desenvolver projetos que tratassem deste tema. De igual modo, poderia solicitar cursos específicos para toda a comunidade escolar. Pensamos que é no processo de formação continuada

que o professor reflete sua prática, aprimora-a, refazendo-a constantemente. Deste modo, complementa as lacunas de sua formação e estará se predispondo para uma Educação calcada na cidadania. A escola, pois, deve ser um espaço para todas essas discussões, a fim de contemplá-las na elaboração/execução do seu projeto político-pedagógico.

Enfim, a Educação só contribuirá para o exercício da cidadania quando deixar de existir na escola o descompasso entre o que se diz e o que se faz. Quanto ao professor, não lhe basta possuir uma leitura simplória do significado de cidadania e de direitos humanos. Exige-se uma amplitude dessas concepções, em que se ainda não foram construídas há uma iminência de se fazê-las. Reiteramos que a elaboração consciente das concepções de cidadania e de direitos humanos do professor, aliada ao seu compromisso, sua competência e sua afetividade vai possibilitar o surgimento de uma sociedade mais democrática, fundamentada nos direitos e deveres de cada cidadão, de modo que cada um respeite as diferenças e diversidades do outro, sejam estas de caráter cultural ou social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Barcellos de. **Teoria geral dos direitos humanos**. Porto Alegre: Fabris, 1996.

ARROYO, M et alii. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERWIG, A. **Cidadania e direitos humanos na mediação da escola**. Ijuí-RS: UNIJUÍ, 1997.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC, 1999.

BUFFA, Ester et al. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CARVALHO, Antonia Dalva França. **Mal-estar ocupacional docente: stress e burnout em professores**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFPI, Teresina, 2000.

CHAUÍ, M et alii. **Primeira filosofia: lições introdutórias**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTILHO, José Roberto Fernandes. Os direitos humanos e suas gerações. **Revista da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo**, n. 35, p. 173-181, jun. 1991.

CODO, Wanderley. **Educação**: carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 1999.

CRUZ, C.H.C. Educação libertadora como projeto político social. **Revista de Educação**, p.15-33, abr./jun,1993

DALLARI, Dalmo de A. **O que são direitos da pessoa**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DORNELLES, João R. W. **O que são direitos humanos**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra,1996.

LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos**. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MARACCI, Moacir Telles et al. Cidadania: questão histórico-conceitual. **Revista Justiça e Cidadania** (CIDADANIA-Associação de Defesa dos Direitos do Cidadão), n. 2, p. 33-41, 1995.

MIZUKAMI, M. da G.N. **Ensino**: as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 20. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A Escola e Construção da Cidadania. In: **Sociedade civil e educação**. Campinas: Papirus, 1993. (Coletânea CBE).

RIBAS, H. Marina. **Construindo a competência**: processo de formação de professores. São Paulo: Olho d'água. 2000.

[1] Parâmetros Curriculares Nacionais.